



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1801428 - PE (2020/0322217-1)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AGRAVANTE : JACQUELINE COSTA TEIXEIRA FEITOSA
ADVOGADO : PEDRO JOSÉ DE SÁ RODRIGUES LUSTOSA - PE023141
AGRAVADO : MUNICIPIO DE IGARASSU
PROCURADORES : ALEX DE AZEVEDO BASTOS JUNIOR - PE028675
RAISSA BEZERRA FERNANDES MARTINS - PE048431

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial com pedido de efeito suspensivo interposto por JACQUELINE COSTA TEIXEIRA FEITOSA ao argumento de que o apelo nobre "atende a todos os requisitos genéricos, bem como os pressupostos específicos de admissibilidade, além de que a matéria subjacente não afronta jurisprudência desta Corte, pelo contrário, encontra-se em consonância com o seu entendimento, estando suficiente demonstrada a violação aos dispositivos legais invocados, notadamente ao art. 1.022, II do NCPC, sem qualquer pretensão de revolvimento de matéria fática (análise apenas de aspectos jurídicos), bem como o evidente dissídio jurisprudencial instaurado, devidamente comprovado pelo adequado cotejo analítico, que caracterizou a interpretação legal divergente" (fl. 341).

Requer, preliminarmente, a atribuição de efeito suspensivo ao RESP, ante o evidente perigo de dano (fl. 333) e que "seja dado provimento ao presente Agravo e, consequentemente, seja determinada a subida do Recurso Especial para esta Corte para posterior processamento e julgamento das razões recursais ali expostas" (fl. 341).

É o relatório. Decido.

De acordo com o que prevê o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido; e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Convém destacar ainda que "a concessão de efeito suspensivo a recurso especial cujo seguimento foi indeferido na origem somente se justifica, em caráter excepcional, se demonstrada forte possibilidade de êxito do recurso, associada ao *periculum in mora*" (AgRg na MC 18.760/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 15/10/2012).

Na espécie, a agravante não desenvolveu justificativa para o pedido de efeito suspensivo, que foi mencionado somente no início da petição de agravo em recurso especial.

Ante o exposto, diante da ausência de preenchimento dos requisitos do art. 300 do CPC, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência